

## **Aula 06**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Tulio Lages**

08 de Junho de 2025

## Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - Responsabilidade Civil do Estado - Instituto AOC	3
2) Roteiro de Revisão - Responsabilidade Civil do Estado	4
3) Questões Estratégicas - Responsabilidade Civil do Estado - Instituto AOC - Único	10
4) Questionário de Revisão - Responsabilidade Civil do Estado	23
5) Referências Bibliográficas	26



## O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de **2020 a 2025**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOCP**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Instituto AOCP
Evolução - Teorias	8,33%
Responsabilidade objetiva - risco administrativo prevista no art. 37, § 6º da CF/88	41,67%
Responsabilidade - omissão	8,33%
Caso fortuito e força maior	0,00%
Danos decorrentes de obra pública	0,00%
Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais	8,33%
Ações de reparação de dano e regressiva	0,00%
Responsabilidade administrativa, civil e penal do agente público	33,33%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

- Esferas de responsabilização: civil x administrativa x penal

**Responsabilidade civil** = decorre de infrações a normas de direito civil, gerando a obrigação de reparar dano ou ressarcir prejuízo.

**Responsabilidade administrativa** = decorre de infrações a normas administrativas.

**Responsabilidade penal** = decorre de infrações a normas penais, configurando a prática de crimes ou contravenções penais.

- Responsabilidade do Estado (pessoa jurídica) é sempre civil, mas a do agente público pode ser administrativa, penal e/ou civil.
- Teorias da responsabilidade estatal

### a) Irresponsabilidade do Estado

Como a própria denominação deixa claro, o Estado não pode ser responsabilizado por qualquer dano causado por seus agentes.

### b) Responsabilidade com culpa comum

A responsabilidade estatal seria do tipo subjetiva e só alcançaria atos de gestão (não abrange atos de império), quando constatada culpa do agente público.

### c) Culpa administrativa

A responsabilidade estatal seria do tipo subjetiva e ocorre quando constatada culpa do Estado (não do agente público!) nos casos de falta ou má qualidade do serviço.

Essa teoria é utilizada como subsídio para responsabilização estatal em caso de omissão.

### d) Risco administrativo

A responsabilidade estatal seria do tipo objetiva e ocorre quando há nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano, podendo ser afastada em determinadas situações (excludentes de responsabilidade).



Não há necessidade de que haja má prestação ou falta do serviço, mas apenas que haja serviço prestado – atuação estatal que provocou ou dano ou “fato do serviço”.

O Estado pode demonstrar culpa do pretense lesado e, assim, afastar-se (integral ou parcialmente) da responsabilização.

#### e) Risco integral

A responsabilidade estatal seria do tipo objetiva e ocorre quando há nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano, não podendo ser afastada em qualquer hipótese (não incidência de excludentes de responsabilidade).

Essa teoria é aplicada na responsabilidade por danos ambientais (Lei 6.938/1981, art. 14, § 1º), bem como na indenização por danos decorrentes de ataques terroristas e atos de guerra a aeronaves brasileiras (Lei 10.744/2003).

- Fundamento constitucional da responsabilidade civil do Estado: CF, art. 37, § 6º:

*CF/88, art. 37, § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

- Com base nesse dispositivo, é possível verificar que a responsabilidade civil do Estado:

a) Pressupõe a existência de 3 sujeitos: Estado, agente público e terceiro lesado.

b) É do tipo objetiva, na modalidade risco administrativo: não depende de dolo ou culpa, nem da existência de relação contratual, tampouco que o agente público cometa ato ilícito (contrário a lei) – basta que haja nexo causal entre o dano e a atuação (conduta comissiva) do agente público (veja que o dispositivo constitucional fala “responderão pelos danos... causados a terceiros”).

No caso de omissão do Estado, sua responsabilidade civil é subjetiva.

c) Alcança a pessoas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público, inclusive os delegatários de serviço público.

Perceba que, para o dispositivo constitucional mencionado, o que importa é que sejam pessoas jurídicas “prestadoras de serviços públicos”. Assim, as empresas estatais exploradoras de atividade econômica não estão abrangidas pela responsabilidade objetiva do art. 37, § 6º da CF – sua responsabilidade é subjetiva, na modalidade culpa comum.



Os delegatários (concessionárias, permissionárias e autorizadas) estão alcançadas pela responsabilidade objetiva (porque prestam serviços públicos) relativamente a usuários e não-usuários do serviço<sup>1</sup>.

d) Depende que o agente atue na condição de agente público (veja que o dispositivo fala "nessa qualidade").

e) Não é afastada em caso de dolo ou culpa do responsável, mas, nesse caso, é assegurada à Administração o direito de regresso contra ele.

Na ação regressiva, cabe à Administração provar que o responsável agiu com dolo ou culpa (a responsabilidade do agente é subjetiva, na modalidade culpa comum).

- Vale mencionar, ainda, que para que o dano seja indenizável ele deve ser anormal e específico<sup>2</sup>.

O dano anormal é o que ultrapassa os inconvenientes naturais e esperados da vida em sociedade, considerando que o convívio social impõe alguns desconfortos considerados normais e toleráveis.

Já o dano específico é aquele que alcança destinatários determinados, sendo um indivíduo ou uma classe delimitada de indivíduos.

- Precedente(s) importante(s):

#### JURISPRUDÊNCIA

*"1. O Estado é responsável na esfera cível por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo.*

*2. É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil.*

*3. A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário"*<sup>3</sup>.

#### • Responsabilidade do Estado por omissão

No caso de omissão do Estado, sua responsabilidade civil é subjetiva, na modalidade culpa administrativa, cabendo ao pretense lesado provar culpa do Poder Público (não precisa ser de um agente público específico), em decorrência da falta do serviço que deveria ter prestado e

<sup>1</sup> STF – RE 591.874/MS.

<sup>2</sup> Alexandre Mazza, Manual de Direito Administrativo – 4ª Ed. – Pág. 32

<sup>3</sup> STF - ARE 1.385.315



que, se o houvesse, teria evitado o dano (ou seja, o nexo causal entre o dano e a omissão estatal).

A responsabilidade estatal por omissão, subjetiva, geralmente é utilizada em casos em que o dano foi causado por atos de terceiros (não agentes públicos, como delinquentes ou multidões) ou por fenômenos da natureza (ex: enchente).

O Estado só será responsabilizado por omissão, em regra, quando o dano era evitável.

Por outro lado, no caso de danos a pessoas sob a guarda/custódia do Poder Público (ex: presidiários), a responsabilidade do Estado é objetiva, ainda que o dano não tenha sido provocado por uma atuação direta de um agente público, ou ainda, mesmo em caso de omissão do Estado, em razão de seu dever de custódia (ex: detento assassinado por colega de cela dentro da penitenciária).

- Excludentes de responsabilidade

São situações que rompem o nexo causal e podem excluir a responsabilidade (tanto a objetiva quanto a subjetiva) do Estado:

a) Culpa exclusiva ou concorrente da vítima

Na culpa exclusiva da vítima, a responsabilidade do Estado é integralmente afastada e, na culpa concorrente da vítima, parcialmente afastada.

b) Caso fortuito e força maior

c) Fato exclusivo de terceiros

- Ação de reparação do dano

- Deve ser movida pelo particular em desfavor da Administração (pessoa jurídica), e não do agente público que causou o dano, que, regra geral, sequer pode figurar como litisconsórcio passivo<sup>4</sup> - inaplicabilidade da denúncia à lide do agente, como regra.

- Está sujeita ao prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, conforme art. 1º-C da Lei 9.494/1997.

- Ação regressiva

- Só pode ser intentada quando houver dolo ou culpa na atuação do agente

---

<sup>4</sup> STF – Re 344.133/PE.



- Não pode ser interposta antes do trânsito em julgado da decisão que reconhece a responsabilidade do Estado por dano causado ao particular.
- Transmite-se aos herdeiros do agente causador do dano, até o limite do patrimônio transferido.
- Em regra, é imprescritível (art. 37, § 5º da CF), sem prejuízo dos seguintes entendimentos do STF:
  - a) as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa (LIA) são imprescritíveis<sup>5</sup> (em entendimento exarado antes do advento da Lei 14.230/2021, quando a LIA ainda previa a possibilidade de ato de improbidade decorrente de conduta culposa).
  - b) "é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil"<sup>6</sup> (estão abrangidos, assim, os ilícitos que violem normas de direito privado, não alcançando, portanto, ilícitos decorrentes de infrações de direito público, como os de natureza penal e as ações de ressarcimento ao erário decorrentes de atos dolosos de improbidade administrativa, que, como já asseverado, são imprescritíveis, segundo o mesmo STF).
- Responsabilidade por atos legislativos e atos judiciais

Em regra, em decorrência de tais atos (praticados no exercício da função típica do Poder Legislativo ou do Judiciário), não cabe responsabilização civil do Estado. Exceções:

- **Atos legislativos:** é possível a responsabilização do Estado em virtude de danos causados por lei de efeitos concretos ou de lei com inconstitucionalidade declarada pelo STF.
- **Atos judiciais:** é possível a responsabilização do Estado na hipótese prevista na CF, art. 5º, LXXV:

*CF, art. 5º, LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;*

Destaca-se que o "erro judiciário" mencionado pelo dispositivo, restringe-se a erro na esfera penal.

O código de processo civil (art. 143) estabelece, ainda, outra hipótese de responsabilização por atos judiciais: "O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando: i) no

<sup>5</sup> STF – RE 852.475.

<sup>6</sup> STF – RE 669.069.





exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude; e ii) recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte”.

- Casos especiais de responsabilidade

- a) Danos decorrentes de obras públicas

- Pelo só fato da obra: resp. objetiva – risco administrativo.

- Pela má execução da obra: se for o Estado executando a obra, a resp. será objetiva. Se for um particular contratado, a resp. será subjetiva e o Estado responde de forma subsidiária (art. 120 da Lei 14.133/2021).

- b) Responsabilidade civil dos notários: resp. subjetiva do tabelião (art. 22 da Lei 13.286/2016).

- c) Responsabilidade por atentados terroristas

- A União é autorizada, na forma e critérios estabelecidos pelo Poder Executivo, a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas, passageiros ou não, provocados por atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, ocorridos no Brasil ou no exterior, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo (art. 1º, caput, da Lei 10.744/2003).

- A doutrina assevera que se trata da modalidade risco integral.

- d) Responsabilidade civil por danos nucleares: independe da existência de culpa (CF, art. 21, XXIII, “d”) sendo, para muitos autores, do tipo objetiva, na modalidade risco integral, embora haja certa controvérsia na doutrina.

- Precedente(s) importante(s):

#### JURISPRUDÊNCIA

*"A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária."*<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> STJ – Súmula 652



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2024/CBM-PE/Oficial - 2º Tenente) Suponha que determinado órgão estadual, sem observar a legislação ambiental aplicável ao tema, concedeu licença indevida para a construção de empreendimento imobiliário em área de preservação permanente, o que acarretou dano ambiental devidamente comprovado por perícia. Nesse caso, considerando o entendimento que prevalece na doutrina e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que a responsabilidade civil do Estado por danos ambientais é

- a) objetiva, com fundamento na teoria do risco integral.
- b) objetiva, com fundamento na teoria do risco administrativo.
- c) objetiva, com fundamento na teoria da culpa anônima.
- d) subjetiva, com fundamento na teoria da culpa.
- e) subjetiva, com fundamento na teoria do órgão.

### Comentários

Quando estamos diante de dano ambiental, o Brasil adotou a responsabilidade objetiva com fundamento na teoria do risco integral, letra A, com base na Lei nº 6.938/81:

*Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:*



(...)

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Ressalta-se que na teoria do risco integral a responsabilidade estatal é do tipo objetiva e ocorre quando há nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano, não podendo ser afastada em qualquer hipótese (não incidência de excludentes de responsabilidade).

**Gabarito: Letra A.**

**2. (Instituto AOCP/2024/SAP-SC/Agente de Segurança Socioeducativo) Em relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.**

- a) A responsabilidade civil do Estado independe da existência de nexo causal entre ação ou omissão do Poder Público e o evento danoso.
- b) Prevalece a teoria da irresponsabilidade civil do Estado, ressalvadas as hipóteses em que o agente público age com dolo ou culpa.
- c) A configuração da responsabilidade civil do Estado exige prova do mau funcionamento ou de falha da Administração.
- d) A responsabilidade civil do Estado diz respeito à obrigação estatal de reparar danos causados a terceiros em decorrência de suas atividades ou omissões.
- e) A teoria da responsabilidade objetiva assegura às pessoas jurídicas de direito público o direito de regresso contra o agente público causador do dano, independentemente de dolo ou culpa.

### Comentários

Letra A - **incorreta**. Pelo contrário, a responsabilidade civil do Estado é objetiva com fundamento na teoria do risco administrativo, já que ocorre quando há nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano, podendo ser afastada em determinadas situações.

Letra B - **incorreta**. Como dito acima prevalece a teoria do risco administrativo para a responsabilização do Estado, com amparo no § 6º do artigo 37 da CF/88:



*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Letra C - **incorreta**. A alternativa faz referência à teoria da culpa administrativa, na qual a responsabilidade estatal seria do tipo subjetiva e ocorre quando constatada culpa do Estado (não do agente público) nos casos de falta ou má qualidade do serviço. Apesar de ser usada como subsídio para responsabilização do Estado nos casos de omissão, como dito acima o Brasil adotou a teoria do risco administrativo para responsabilização.

Letra D - **correta**. Em conformidade com o § 6º do artigo 37 da CF/88, acima transcrito.

Letra E - **incorreta**. Na verdade, o direito de regresso só pode ser executado se comprovado dolo ou culpa do agente público, conforme comentários anteriores.

**Gabarito: Letra D.**

**3. (Instituto AOCP/2024/DEPEN-PR/Policial Penal) Acerca da responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos, assinale a alternativa correta.**

- a) Não existe responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, cabendo ao Estado responder pelos danos que causarem aos usuários.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, ainda que não houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- c) Na responsabilidade objetiva, não é necessária a demonstração de nexo de causalidade e de culpa do agente público, enquanto, na responsabilidade subjetiva, esses requisitos são indispensáveis.
- d) Existe responsabilidade civil do Estado para as condutas omissivas, sendo necessário, nesses casos, comprovar negligência na atuação estatal, o dano e o nexo causal entre ambos.
- e) A responsabilidade civil por condutas omissivas será objetiva quanto à administração pública direta e subjetiva quanto à administração pública indireta.

**Comentários**



Letra A - **incorreta**. A responsabilidade também abrange as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, conforme § 6º do artigo 37 da CF/88:

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de **direito privado prestadoras de serviços públicos** responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Letra B - **incorreta**. O direito de regresso é garantido apenas nos casos de dolo ou culpa.

Letra C - **incorreta**. A responsabilidade do Estado é objetiva baseada no risco administrativo, no qual a responsabilidade estatal ocorre quando há nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano, podendo ser afastada em determinadas situações (excludentes de responsabilidade).

Letra D - **correta**. No caso de omissão do Estado, sua responsabilidade civil é subjetiva, na modalidade culpa administrativa, cabendo ao pretendo lesado provar culpa do Poder Público (não precisa ser de um agente público específico), em decorrência da falta do serviço que deveria ter prestado e que, se o houvesse, teria evitado o dano (ou seja, o nexo causal entre o dano e a omissão estatal).

Letra E - **incorreta**. Não existe essa diferenciação entre a responsabilidade da Administração Direta e Indireta, sendo aplicado o entendimento explicado na alternativa D.

**Gabarito: Letra D.**

**4. (Instituto AOCP/2023/MPE-MS/Analista - Área: Direito) Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar**

- a) são imprescritíveis;
- b) sujeitam-se ao prazo prescricional de três anos;
- c) sujeitam-se ao prazo prescricional de cinco anos;
- d) sujeitam-se ao prazo prescricional de dez anos;
- e) sujeitam-se ao prazo prescricional de trinta anos.



## Comentários

A questão faz referência a Súmula do STJ nº 647:

*São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.*

Logo a alternativa correta é a letra A.

**Gabarito: Letra A**

### 5. (Instituto AOCP/2022/SEAPE-DF/Agente Penitenciário) No que concerne à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

Determinado detento que cumpria pena privativa de liberdade em regime fechado praticou suicídio. Segundo o entendimento do STF, considerando que o preso já vinha apresentando indícios de que poderia agir assim, o Estado deverá ser condenado a indenizar seus familiares.

## Comentários

O STF entende que nesse caso o Estado é responsável pela morte do detento, uma vez que falha em seu dever de proteção previsto no artigo 5º do inciso XLIX da Constituição Federal, já que o detento sob sua custódia já apresentava sinais de que colocaria sua vida em risco, mas ainda assim permitiu que esse viesse a se suicidar. Essa é a Tese firmada no RE 841526:

1. A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral.
2. A omissão do Estado reclama nexos de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso.
3. É dever do Estado e direito subjetivo do preso que a execução da pena se dê de forma humanizada, garantindo-se os direitos fundamentais do detento, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal).
4. O dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais,



*pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal, na forma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.*

*5. Ad impossibilia nemo tenetur, por isso que nos casos em que não é possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade, afastando-se a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se contra legem e a opinio doctorum a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional.*

*6. A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como, v. g., homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, sendo que nem sempre será possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis.*

*7. A responsabilidade civil estatal resta conjurada nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso.*

*8. Repercussão geral constitucional que assenta a tese de que: **em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento.***

Logo, está correta a afirmativa ao afirmar que caberá ao Estado indenizar os familiares do detento que se suicidou.

**Gabarito: Certo.**

**6. (Instituto AOCP/2023/IEMA-ES/Engenheiro-Engenharia de Produção) À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.**

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.

### Comentários

Pelo contrário, nos casos de dolo ou culpa na ação praticada pelo agente é permitido que seja impetrado a ação de regresso contra ele, nos termos do § 6º do artigo 37 da Constituição Federal, estando a alternativa errada:

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade,*





*causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

**Gabarito: Errado.**

**7. (Instituto AOC/2022/PM-GO/Cadete) De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta acerca do direito administrativo.**

- a) Como não é prevista expressamente na Constituição, a vedação ao nepotismo exige a edição de lei formal, proibindo a sua prática;
- b) A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, sendo vedada a compensação, ainda que haja acordo;
- c) As hipóteses excepcionais autorizadas de acumulação de cargos públicos, previstas na Constituição Federal, sujeitam-se à existência de compatibilidade de horários, contanto que a jornada máxima não ultrapasse 60 horas semanais;
- d) Caso sejam superados os limites orçamentários previstos no ordenamento jurídico referentes aos gastos com pessoal do ente público, revela-se legal o ato de não concessão de progressão funcional de servidor público, ainda que atendidos por ele os requisitos legais;
- e) A responsabilidade civil da administração pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

**Comentários**

Vamos analisar as alternativas:

Letra A - **incorreta**. Pelo contrário, por derivar da aplicação dos princípios constitucionais, a vedação ao nepotismo não exige lei formal para proibi-la. Esse é o entendimento do STF no RE 579.951:

*II - A vedação do nepotismo não exige a edição de lei formal para coibir a prática.*

*III - Proibição que decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, caput, da Constituição Federal.*

Letra B - **incorreta**. Em caso de acordo é permitida a compensação, conforme tese firmada pelo STF no RE 693.456 - Tema 531:





*A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, **permitida a compensação em caso de acordo**. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.*

Letra C - **incorreta**. O STF entende ser necessário apenas a compatibilidade de horário, não havendo a suposta limitação citada, conforme entendimento no ARE 1.246.685:

*As hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal **sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários**, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal.*

Letra D - **incorreta**. O STJ considera a não concessão da progressão na situação narrada ato ilegal, conforme tese firmada no Tema 1075:

***É ilegal o ato de não concessão de progressão funcional de servidor público, quando atendidos todos os requisitos legais, a despeito de superados os limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal**, referentes a gastos com pessoal de ente público, tendo em vista que a progressão é direito subjetivo do servidor público, decorrente de determinação legal, estando compreendida na exceção prevista no inciso I do parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000.*

Letra E - **correta**. Esse é o entendimento firmado na Súmula 652 do STJ:

*A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.*

**Gabarito: Letra E.**

8. (Instituto AOCP/2022/PC-GO/Agente de Polícia) Davi, policial civil do Estado de Goiás, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, disparou acidentalmente sua arma de fogo, causando a morte de um morador local. Nesse caso, sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que eventual ação indenizatória deverá ser ajuizada

a) em face da Polícia Civil do Estado de Goiás, com base na responsabilidade civil objetiva do Estado;



- b) contra o Estado de Goiás, sendo imprescindível a comprovação de dolo ou culpa na conduta de Davi;
- c) em face do Estado de Goiás, sendo assegurado o direito de regresso contra o agente público responsável nos casos de dolo ou culpa;
- d) diretamente contra Davi, com base na teoria da responsabilidade civil subjetiva, tendo em vista que ele agiu culposamente;
- e) diretamente contra Davi, com fundamento na teoria do risco administrativo, respondendo o agente objetivamente pelos danos causados.

### Comentários

Na situação narrada Davi somente responderá em ação de regresso, caso se comprove dolo ou culpa de sua parte, uma vez que a ação de indenização deve ser impetrada contra a pessoa jurídica à qual pertence o agente público responsável pelo dano, no caso o Estado de Goiás. Este último é que poderá ingressar com ação regressiva contra Davi. Esse é o entendimento consagrado no § 6º do artigo 37 da Constituição Federal:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

**Gabarito: Letra C.**

9. (Instituto AOCP/2022/PM-GO/Soldado) Hefesto, policial militar do Estado de Goiás, durante patrulhamento de rotina, atropelou Dionísio, causando-lhe ferimentos que o levaram à morte. No decurso da investigação, restou constatado que, no momento do acidente, Hefesto dirigia em velocidade incompatível para o local e que havia avançado o sinal vermelho do semáforo, atropelando a vítima na faixa de pedestre porque se distraiu ao responder mensagens de texto de sua esposa. À luz da sistemática constitucional acerca da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que



- a) os herdeiros da vítima devem ajuizar ação indenizatória em face da Polícia Militar do Estado de Goiás, com fundamento na responsabilidade civil objetiva do Estado;
- b) eventual ação indenizatória deverá ser ajuizada diretamente contra Hefesto, diante das evidências que o referido agente público agiu com culpa;
- c) o Estado de Goiás, com base na teoria do risco administrativo, responde objetivamente pelos danos causados por Hefesto, sendo dispensável a comprovação do elemento subjetivo na conduta deste último;
- d) Hefesto não poderá ser responsabilizado, ainda que em eventual ação de regresso, pois sua conduta não foi dolosa;
- e) Hefesto, a Polícia Militar e o Estado de Goiás respondem solidariamente pela morte de Dionísio.

### Comentários

Na situação narrada, ainda que seja evidente que Hefesto seja culpado por todo o ocorrido, os herdeiros devem ajuizar ação contra o Estado de Goiás, baseando-se no que diz o § 6º do artigo 37 da Constituição Federal:

- *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

O Brasil adota a teoria do risco administrativo, a qual não depende de dolo ou culpa, nem da existência de relação contratual, tampouco que o agente público cometa ato ilícito, bastando que haja nexo causal entre o dano e a atuação do agente público. O elemento de subjetividade, no caso o dolo ou culpa, do agente público será necessário quando o Estado de Goiás impetrar a ação regressiva contra Hefesto.

Outro ponto importante que acaba por tornar a alternativa A incorreta é que a Polícia Militar do Estado de Goiás é órgão integrante da administração direta estadual, não possuindo personalidade jurídica própria, o que impossibilita que responda diretamente por danos que seus agentes causarem.



Gabarito: Letra C.

10. (Instituto AOCP/2022/CGE-MS/Auditor do Estado) No que concerne à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes;
- b) Prescrevem em 5 anos as ações indenizatórias contra a União por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar;
- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa;
- d) O ordenamento constitucional consagra a teoria da dupla garantia, segundo a qual a ação por danos causados por agente público pode ser ajuizada contra o Estado ou, ainda, diretamente contra o servidor responsável pelo ato;
- e) Nos casos de omissão, aplica-se a responsabilidade civil do Estado à teoria do risco administrativo, na qual o elemento subjetivo condiciona o dever de indenizar.

### Comentários

Vamos analisar as alternativas:

Letra A - **correta**. Esse é o entendimento que foi consagrado pelo STF no Tema 1055:

*É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.*

Letra B - **incorreta**. Segundo a Súmula 647 do STJ as ações indenizatórias por danos morais e materiais de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais são imprescritíveis:



*São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.*

Letra C - **incorreta**. Não existe a vedação para que ocorra a ação de regresso, conforme § 6º do artigo 37 da Constituição Federal:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Letra D - **incorreta**. A teoria adotada no Brasil é do tipo objetiva na modalidade risco administrativo, a qual não depende de dolo ou culpa, nem da existência de relação contratual, tampouco que o agente público cometa ato ilícito, bastando que haja nexo causal entre o dano e a atuação do agente público.

Letra E - **incorreta**. Nos casos de omissão não se aplica a teoria do risco administrativo e sim a teoria da culpa administrativa, já que nesse caso não basta apenas haver o nexo causal, deve-se avaliar o elemento subjetivo da ação, ou seja, culpa do Estado.

**Gabarito: Letra A.**

**11. (INSTITUTO AOCP/2022/IPE-Prev/Analista em Previdência) Em relação à responsabilidade civil do Estado, a prescrição para as ações de reparação civil contra o Estado ocorre em**

- a) dois anos;
- b) três anos;
- c) quatro anos;
- d) cinco anos;
- e) dez anos.



## Comentários

O prazo para se impetrar ação de reparação civil contra o Estado é de cinco anos, conforme 1º-C da Lei 9.494/1997:

*Art. 1º-C. Prescreverá em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.*

**Gabarito: Letra D.**



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

1. Complete as lacunas a seguir, a respeito de características da responsabilização civil do Estado:

1.1 As pessoas jurídicas de direito \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ e as de direito \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_, assegurado o direito de \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ contra o responsável nos casos de \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ ou \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_;

1.2. A teoria da \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ pressupõe a impossibilidade de responsabilização de seus agentes por danos causados pelo Estado;

1.3 As teorias da culpa \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ (ou culpa comum) e da culpa \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ (ou culpa do serviço) pressupõem a responsabilização \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_ do Estado;

1.4 As teorias do risco \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ e a do risco \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ pressupõem a responsabilização \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_ do Estado;

1.5 São atenuantes ou excludentes de responsabilização a culpa \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_ ou \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_ da vítima, fato \_\_\_\_ (p) \_\_\_\_ de terceiro, caso \_\_\_\_ (q) \_\_\_\_ e força \_\_\_\_ (r) \_\_\_\_.

2. Qual a diferença entre as esferas responsabilidade civil, administrativa e penal?

3. A qual esfera de responsabilização está sujeita o Estado? E o agente público?

4. Entre as teorias da responsabilidade estatal, quais pressupõem a avaliação do dolo ou culpa? Qual a diferença fundamental entre elas?

5. Entre as teorias da responsabilidade estatal, quais prescindem da avaliação do dolo ou culpa? Qual a diferença fundamental entre elas?

6. Caso um policial militar, fora de seu horário de serviço, sem atuar na qualidade de agente público, venha a se envolver em acidente de carro com um pedestre, é cabível a responsabilização objetiva do Estado pela vítima, visando à reparação civil do dano causado?

7. Considere que um carteiro, na atividade de prestação de serviço público postal, se envolva em acidente automobilístico com um cidadão. O cidadão acionou a União na Justiça visando obter ressarcimento de seu prejuízo, alegando que o Estado é objetivamente responsável, sendo necessária tão somente a caracterização de nexo causal entre o dano e a atuação do funcionário (conduta comissiva).

A alegação do cidadão, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.





## Perguntas com respostas

1. Complete as lacunas a seguir, a respeito de características da responsabilização civil do Estado:

1.1 As pessoas jurídicas de direito \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ e as de direito \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_ prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_, assegurado o direito de \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ contra o responsável nos casos de \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ ou \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_;

1.2. A teoria da \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ pressupõe a impossibilidade de responsabilização de seus agentes por danos causados pelo Estado;

1.3 As teorias da culpa \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ (ou culpa comum) e da culpa \_\_\_\_ (i) \_\_\_\_ (ou culpa do serviço) pressupõem a responsabilização \_\_\_\_ (j) \_\_\_\_ do Estado;

1.4 As teorias do risco \_\_\_\_ (k) \_\_\_\_ e a do risco \_\_\_\_ (l) \_\_\_\_ pressupõem a responsabilização \_\_\_\_ (m) \_\_\_\_ do Estado;

1.5 São atenuantes ou excludentes de responsabilização a culpa \_\_\_\_ (n) \_\_\_\_ ou \_\_\_\_ (o) \_\_\_\_ da vítima, fato \_\_\_\_ (p) \_\_\_\_ de terceiro, caso \_\_\_\_ (q) \_\_\_\_ e força \_\_\_\_ (r) \_\_\_\_.

(a) público	(b) privado	(c) terceiros	(d) regresso	(e) culpa
(f) dolo	(g) irresponsabilidade	(h) civil	(i) administrativa	(j) subjetiva
(k) administrativo	(l) integral	(m) objetiva	(n) concorrente	(o) exclusiva
(p) exclusivo	(q) fortuito	(r) maior		

## 2. Qual a diferença entre as esferas responsabilidade civil, administrativa e penal?

A responsabilidade civil decorre de ilícitos civis, resultando em dever de indenizar ou ressarcir algum dano causado. Já a responsabilidade administrativa decorre de infrações a normas administrativas, resultando em sanções conforme a norma aplicável. Por fim, a responsabilidade penal decorre de ilícitos penais, resultando em prática de crimes ou contravenções penais.

## 3. A qual esfera de responsabilização está sujeita o Estado? E o agente público?

O Estado pode ser responsabilizado civilmente. Já o agente público pode ser responsabilizado nas três esferas (civil, administrativa e penal).

## 4. Entre as teorias da responsabilidade estatal, quais pressupõem a avaliação do dolo ou culpa? Qual a diferença fundamental entre elas?

As teorias que pressupõem a avaliação do dolo ou culpa são as da culpa civil (culpa comum) e da culpa administrativa (culpa do serviço). A diferença fundamental entre eles é que, na culpa civil, existe um agente público a quem se imputa a conduta; já na culpa administrativa, não se





individualiza a omissão culposa, imputando-se conduta a uma falha na prestação de determinado serviço (culpa anônima).

**5. Entre as teorias da responsabilidade estatal, quais prescindem da avaliação do dolo ou culpa? Qual a diferença fundamental entre elas?**

As teorias que prescindem da avaliação do dolo ou culpa são as do risco administrativo e do risco integral. A diferença fundamental entre elas é que, no risco administrativo, admitem-se atenuantes (culpa concorrente) e excludentes de responsabilidade (culpa exclusiva da vítima, fato exclusivo de terceiro, força maior e caso fortuito), ao passo que, no risco integral, não se admitem atenuantes ou excludentes de responsabilidade (danos ambientais, atos terroristas, entre outros).

**6. Caso um policial militar, fora de seu horário de serviço, sem atuar na qualidade de agente público, venha a se envolver em acidente de carro com um pedestre, é cabível a responsabilização objetiva do Estado pela vítima, visando à reparação civil do dano causado?**

Não, pois as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros (art. 37, § 6º da CF/88).

*§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

**7. Considere que um carteiro, na atividade de prestação de serviço público postal, se envolva em acidente automobilístico com um cidadão. O cidadão acionou a União na Justiça visando obter ressarcimento de seu prejuízo, alegando que o Estado é objetivamente responsável, sendo necessária tão somente a caracterização de nexos causal entre o dano e a atuação do funcionário (conduta comissiva).**

**A alegação do cidadão, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.**

Sim, pois este caso se amolda ao previsto no art. 37, § 6º da CF, isto é, as pessoas jurídicas prestadoras de serviço público sujeitam-se à responsabilização objetiva.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.